

PLANO DE ARQUIVO DIGITAL DA MEMÓRIA LENÇOENSE

Rafael Bazo Junior

Mestre em Mídia e Tecnologia
da Faculdade de Arquitetura,
Artes, Comunicação e Design
da Universidade Estadual Paulista

Prof. Dr. Octavio
Penna Pieranti

Pós-Doutorado na Faculdade
de Comunicação da
Universidade de Brasília -
FAC/UnB

Recebido: 20/05/2022
Aprovado: 28/06/2022

RESUMO

A importância da memória para a construção da história das cidades é um tema relevante para a identidade local. A tecnologia e as redes sociais possibilitaram a descoberta e a participação de novos protagonistas para difundir esse saber coletivo, com pessoas comuns dispostas a contar suas histórias de vida relacionadas à sua cidade. O objetivo geral da pesquisa aqui proposta é apresentar o Plano de Arquivo Digital da Memória Lençoense, a ser desenvolvido a partir das entrevistas orais reunidas em um projeto anterior, intitulado “Memória e Identidade Lençoense”, criado pela Prefeitura de Lençóis Paulista, em 2009, e de relatos gravados subsequentes. Para isso, realiza-se uma revisão bibliográfica e utiliza-se o método de história oral. Tendo como foco central o relato do próprio entrevistado com suas experiências e trajetórias de vida, a metodologia possibilita a criação de fontes de consulta através de gravações de entrevistas que retratam depoimentos, saberes e acontecimentos históricos que ficarão armazenados e disponibilizados para consulta pública no local e na rede.

PALAVRAS-CHAVE

História oral; políticas públicas; interface digital.

Introdução

Lençóis, uma cidade com menos de setenta mil habitantes, conta com uma vida cultural intensa e possui muitos equipamentos culturais, tais como a Casa da Cultura “Professora Maria Bove Coneglian”, o Museu “Alexandre Chitto”, o Espaço Cultural “Cidade do Livro”, o Teatro Municipal “Adélia Lorenzetti”, o Memorial “Alfredo Guedes” e a Biblioteca Municipal “Orígenes Lessa”. Todos, conforme será abordado adiante, guardam essa memória, construída em parte pelo relato de famílias de imigrantes relevantes para o desenvolvimento do município e de sua economia.

O poder público preocupou-se em zelar pela memória do município, porém nem sempre essa preocupação foi traduzida em ações sistemáticas, integradas e perenes. Em 2009, a Secretaria iniciou a implementação do projeto “Memória e Identidade” que, por meio de entrevistas com captação audiovisual, tinha o objetivo de registrar histórias das pessoas idosas e a relação delas com a cidade.

Com o tempo e as mudanças de gestão municipal e de quadro de funcionários, o projeto foi descontinuado, mas uma parte do material permaneceu arquivada, ainda sem edição. O projeto não estava sujeito a um planejamento de produção e utilização precisa. A preocupação inicial era a de registrar as memórias antes que fossem perdidas com a morte das pessoas.

Tendo em vista a alta procura coletiva por esse material, este projeto de pesquisa objetiva apresentar um plano de estruturação de um arquivo digital a partir do projeto “Memória e Identidade”, para explorar as entrevistas e o material audiovisual gravado e não editado, que se encontram guardados no Centro de Documentação. Espera-se garantir esse acesso de forma presencial e por meio da internet com ferramenta de busca de memória digital, funcionando como um canal colaborativo aberto para que novos entrevistados possam acessar, fortalecendo a memória social local por meio de relatos, baseando-se no método da História Oral.

Este projeto tem uma finalidade prática relacionada à atividade profissional do seu autor, o qual atua há dezessete anos como servidor público municipal na Secretaria de Cultura.

O projeto “Memória e Identidade” conta com a cooperação de outros servidores públicos da Secretaria de Cultura que lidam com esse tema na esfera municipal. Ressalte-se que a Secretaria Municipal de Tecnologia e Informação também tem atuado em projetos anteriores, em conjunto com a Secretaria de Cultura. Um exemplo é a implementação da biblioteca digital e a catalogação digital de peças do museu municipal de Lençóis Paulista.

A relevância deste trabalho decorre de dois tópicos distintos e complementares: (a) a perda parcial da memória do município, em virtude do falecimento de munícipes que, tendo contribuído para o desenvolvimento local, não deixaram relatos por escrito; e (b) uma estratégia de ampliação da oferta de serviços públicos à população por plataformas eletrônicas, em consonância com o que se convencionou entender como “governo digital”. Juntos, esses pontos se relacionam a uma política pública cultural baseada na transparência de divulgação de informações, constituindo um dos fundamentos da chamada boa governança, cujos princípios são base da Lei 12.527/2011, conhecida como “Lei de Acesso à Informação – LAI”.

Resumidamente, podemos elencar as seguintes razões para a realização do Plano que se pretende desenvolver:

- A memória está se perdendo e espera-se contribuir para sua preservação por meio do aproveitamento e da utilização do acervo já gravado no passado, o qual está armazenado sem utilização;
- Estímulo à preservação e à digitalização de acervos no município como um todo, sugerindo-se a continuidade nas gravações dos registros de memórias dos munícipes, cuidando da preservação e compartilhamento dessas memórias;
- Defesa de avanços na estratégia de governo digital, disponibilizando informações ao cidadão por meio da criação de uma plataforma digital *online* no portal da prefeitura como mais um serviço público de consulta de arquivos de memórias complementando a biblioteca digital;
- Transparência ativa, ou seja, uma alternativa para que o órgão público disponibilize publicamente informações “independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas”, nos termos do art. 8º da Lei de Acesso à Informação.

Impactos e benefícios esperados

Este trabalho contribui para que pesquisas de cunho oral e histórico produzidas possam ser acessadas de qualquer local, promovendo discussão e conhecimento sobre os temas abordados, além de contribuir na preservação da memória da cidade e de sua fruição. O repositório digital é mais um equipamento de cultura digital que estabelecerá vínculos com os equipamentos físicos de cultura existentes na cidade, contribuindo também para acessá-los

Acredita-se que, com esse delineamento, as mídias digitais serão usadas também como uma ferramenta de política pública e de transparência no âmbito municipal de Lençóis Paulista.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Importância da preservação da memória

A ideia de patrimônio cultural é constituída tanto por bens materiais quanto imateriais, associados à identidade e à memória de um grupo, de um povo e de uma comunidade. Para falar de memória é importante entender o que constitui o patrimônio cultural e histórico. A Constituição

Federal Brasileira de 1988 traz, em seu artigo 216, que:¹

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Grupos sociais ou indivíduos buscam colecionar a memória exposta em objetos guardados quase sempre em museus, como testemunhos de reflexões e de vivências humanas que ajudam a contar a trajetória e a história do local, convidando o indivíduo a se transformar e a construir a sua identidade. Ao passo que tudo tem um processo, essas instituições conjugam, como missão, a tarefa de serem estimuladoras e propulsoras de novas ideias, servindo de base para contar a trajetória daquele local, como esclarece Leite²:

Um museu serve para facilitar o modo como olhamos para o mundo, para os outros e para nós mesmos. O sentido dos museus é propiciar uma consciência sobre o patrimônio que encontramos e como podemos usar isso para fazer coisas novas. O patrimônio não é o que se tem, mas o que se pode fazer com ele. Serve para podermos viver melhor e mais felizes. Os museus são espaços vivos e de inovação. São laboratórios onde podemos experimentar combinação de ideias. É através do encontro que se produz transformação.

A Secretaria da Cultura de Lençóis Paulista, segundo consta inscrito no próprio edifício-sede, tem a missão de preservar o acervo e o patrimônio cultural irrestritamente e democraticamente, dando maior temporalidade a cada objeto e oportunizando o acesso a todo cidadão.

Segundo Scifoni³, a trajetória da criação do conceito de patrimônio cultural é um tema importante na discussão do espaço urbano. A Europa lidera o *ranking* de patrimônios preservados,

1 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988.

2 Pedro Pereira Leite. Museologia Social e Arte Pública, Museu Educação Global e Diversidade Cultural - Cadernos, n. 25, p. 1-27, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339747861_Museologia_Social_e_Arte_Publica_Museu_Educacao_Global_e_Diversidade_Cultural. Acesso em 27 nov. 2021.

3 Simone Scifone, "Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização". GEOUSP - Espaço e Tempo, v. 14, p. 77-88, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123833>. Acesso em 27 nov. 2021.

porém, o Brasil iniciou o seu trabalho de reconhecimento dos patrimônios somente em 1980. Marins⁴, examina as práticas de preservação do patrimônio cultural a partir da década de 1980 e aponta para os traços de padrão elitista nos tombamentos no Brasil, como a canonização da arquitetura monumental, e cita vários tombamentos correspondentes. O autor ainda evidencia que, com a mudança política do país e a extinção do SPHAN, depois renomeado como IPHAN, o número de tombamentos caiu a partir de 1990.

Em contrapartida, o decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 instituiu o registro de bens imateriais. O decreto estimulou a escuta da sociedade, contrastando-se com o papel centralizador do IPHAN. Houve, assim, a valorização do engajamento do cidadão no âmbito da produção e da preservação cultural.

Entretanto, Marins⁵ ainda aponta para uma territorialidade restritiva de bens imateriais em determinadas regiões e a sua ausência em outras, acompanhando ideias arraigadas nos tombamentos materiais realizados nos anos de 1980. Isso deixa evidente a necessidade de uma reflexão mais profunda para cumprir a missão dos patrimônios históricos: representar a complexidade social e cultural do país.

O conceito de patrimônio, apresentado por Rodrigues⁶, liga a perspectiva de memória à reconstrução de fatos passados:

É o conjunto de bens, materiais e imateriais, que são considerados de interesse coletivo, suficientemente relevantes para a perpetuação no tempo. O patrimônio faz recordar o passado; é uma manifestação, um testemunho, uma invocação, ou melhor, uma convocação do passado. Tem, portanto, a função de (re)memorar acontecimentos mais importantes; daí a relação com o conceito de memória social.

Dessa forma, a memória social legitima a identidade de um determinado grupo, dispondo do patrimônio cultural como instrumento de validação. As definições de patrimônio e sua construção são complexas, pois estão intimamente ligadas à memória e à identidade dos grupos e das classes sociais. Países possuem patrimônios culturais de diferentes interpretações e heranças, mas que dizem respeito a um todo. Citando Halbwachs⁷

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e

4 Paulo César Garcez Marins, "Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980", *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 29, p. 9-28, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862016000100002>. Acesso em 27 nov. 2021.

5 Paulo César Garcez Marins. *Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980*. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 29, p. 9-28, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862016000100002>. Acesso em 27 nov. 2021.

6 Donizete Rodrigues, "Patrimônio cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos". *Letras Escreve*, v. 7, n. 4, p. 337-361, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/4071>. Acesso em 27 nov. 2021.

7 Maurice Halbwachs, *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice. 1990.

espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhe são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem.

São essas memórias transformadas em “arquivos” que ajudam na preservação da história, pois elas ficam guardadas nas “instituições de memórias” das cidades. Por isso, é importante realizar e preservar os registros coletivos das memórias e das histórias que ainda estão vivas no cotidiano atual (tempo presente), no intuito de resgatar o passado, salvaguardando-as para contribuir com a construção da identidade local, regional e nacional. Afinal, no caso específico deste projeto, cabe citar fatos históricos nacionais nos quais há a participação de alguns lençoenses.

Dificuldades da preservação das memórias

Pode-se pensar aqui na pouca importância dada aos idosos (detentores de memórias) nas sociedades urbano-industriais. Os velhos da época contemporânea são culturalmente condicionados a deixar seu lugar para os mais jovens, ficando subtendido que os idosos não têm mais valor produtivo. Esse fato contrasta com outras comunidades humanas, como “tribos primitivas” e/ou tribos indígenas, em que esses homens são detentores do saber. Em uma passagem, Bosi⁸, faz um apontamento sobre a dificuldade cotidiana da comunicação dos mais velhos: “É a impotência de transmitir a experiência, quando os meios de comunicação com o mundo falham. Ele não pode mais ensinar aquilo que sabe e que custou toda uma vida para aprender”.

Segundo Suzuki⁹, “as lembranças vividas permitem a (re)significação do passado que pode servir como um instrumento de recriação identitária, possibilitando a preservação e a incorporação de novos elementos materiais e imateriais”. O autor relata aqui a importância da escuta para a preservação das memórias.

Outro aspecto preocupante no Brasil é a desvalorização de seus patrimônios culturais. Trata-se de um desleixo social, cultural e político que cria dificuldades para consolidar e preservar a identidade nacional. A história do país é contada através de um patrimônio cultural eurocêntrico, o qual valoriza o que é estrangeiro.

Desde a época da colonização, foram inculcadas concepções ideológicas que se mantêm até os dias atuais; são resquícios conservadores, preconceituosos e excludentes que dificultam o autorreconhecimento e a representatividade identitária de um povo numeroso e complexo, que pouco

8 Ecléa Bosi, *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz/Editora da USP, 1979.

9 Júlio César Suzuki, “Histórias orais: relato de experiências em pesquisas geográficas”. *Oralidades*, v. 10, p. 53-73, 2011. Disponível em: <https://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/2019-09/Oralidades%2010.pdf#page=53>. Acesso em 27 nov. 2021.

valoriza a rica e complexa cultura herdada dos povos indígenas e africanos. Afinal, os imensos e variados patrimônios imateriais dos povos africanos e indígenas, escravizados pelos colonizadores ibéricos, foram fundamentais tanto para efetivar o complexo projeto de colonização quanto para produzir uma população mestiça em todos os sentidos; são traços biológicos e comportamentais, completados por repertórios linguísticos, estéticos e gastronômicos, que compõem os valores e saberes socioculturais dos brasileiros da atualidade, uma das etnias mais complexas entre os povos contemporâneos. Oliveira¹⁰ explica como era estruturada a concepção elitista de patrimônio cultural:

Segundo o conceito de “excepcionalidade”, certo bem somente integraria a categoria de patrimônio cultural se possuísse um elevado valor estético sob a ótica da Arquitetura e da Crítica de Arte, o que levava a uma consideração quase exclusiva do referencial estético eurocêntrico.

A origem desta concepção adveio de uma noção de cultura que já não se diferenciava muito da formulada pelo senso comum da época, a qual seria associada a erudição, ou seja, ao ideal elitista de “refinamento de espírito”. Logo, como o governante concebia a cultura como erudição, ele fatalmente destinava os esforços estatais para salvaguardar, apenas, os bens portadores de referência a certo reconhecimento erudito, como as ciências (as artes aplicadas), as manifestações artísticas (as belas artes) e a Arquitetura, valores que representavam, inevitavelmente, o eurocentrismo colonialista da época.

Chartier¹¹, complementa que “a instituição histórica se organiza segundo hierarquias e convenções que traçam as fronteiras entre os objetos históricos legítimos e os que não o são e, portanto, são excluídos ou censurados”. Em outras palavras, tudo o que era popular ou ligado à cultura local era rejeitado. Essas ideias continuam vivas na sociedade atual, mas romper com esse pensamento eurocêntrico altamente racista e preconceituoso visa compreender um enriquecimento de experiências sociais e a diversidade na composição da memória do País, trazendo vozes de grupos silenciados pela história. Um exemplo seria o trabalho do MEC com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), determinando o aprendizado nas redes escolares sobre a história dos povos e culturas africanas e indígenas, resgatando, assim, os vários aspectos das contribuições destes para a construção da sociedade e da história brasileira.

O termo “complexo de vira-latas”, criado pelo dramaturgo Nelson Rodrigues¹², ilustra o aspecto sob o qual a cultura brasileira tem se constituído: “Por ‘complexo de vira-latas’ entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face ao resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol”. Na citação, Rodrigues aponta o sentimento de inferioridade como traço comum em muitos brasileiros, fruto da construção cultural, social e histórica que desvaloriza a própria cultura e as características específicas das quais somos portadores.

10 Thiago Pires Oliveira, “Raízes históricas da proteção jurídica ao patrimônio cultural no Brasil”. Fórum de Direito Urbano e Ambiental-FDUA, ano 11, n. 62, 2012.

11 Roger Chartier, *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

12 Nelson Rodrigues, *À sombra das chuteiras imortais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

Importância de novas mídias e tecnologias para democratizar o acesso aos conteúdos de preservação

O fonógrafo e o gravador de fita magnética foram os primeiros artefatos tecnológicos que possibilitaram gravar os sons, as vozes e as memórias pessoais. A invenção e o aprimoramento desses equipamentos permitiram que as pessoas pudessem revisitar as informações e as vozes do passado como recurso afetivo-emocional e, também, para realizarem consultas documentais e históricas.

As gravações viabilizaram a produção de acervos sonoros e permitiram preservar e democratizar o acesso aos diversos tipos de repertórios gravados. Instituições de cultura, como arquivos, bibliotecas e museus, possuem uma heterogeneidade de itens audiovisuais em seus acervos e têm sempre a preocupação em preservar e disseminar esses conteúdos de importância informativa e cultural que, muitas vezes, permanecem inacessíveis e desconhecidos. As tecnologias digitais, além de colaborarem para a preservação e o armazenamento dos conteúdos audiovisuais, também podem contribuir para democratizar o acesso *online* a eles, pois antes poderiam ser acessados apenas fisicamente.

Marcondes¹³, discorre sobre uma importante mudança das instituições de cultura que ocorre diante da atual sociedade da informação e tecnologia:

A emergência das tecnologias de informação, bem como uma demanda característica das modernas sociedades democráticas do fim do século XX, de que instituições públicas prestem contas e justifiquem os investimentos da sociedade em mantê-las, fez com que as instituições de memória se voltassem cada vez mais para a disseminação de seus acervos, ao invés de somente preservá-los. Essa mudança é conhecida como paradigma pós-custodial, as instituições de memória e cultura passam a não ter somente a missão de custodiar, de preservar e manter seus acervos, mas também disseminá-los para que se constituam em recursos de memória, de história, de cultura, de educação e de cidadania das sociedades onde estão inseridas.

As tecnologias alteraram o significado dos arquivos que passam a ser “orgânicos” e acessíveis, deixando de servir apenas como depósitos de informações. Também houve a ampliação dos papéis social, educativo e cultural do agente público que trabalha em instituições de cultura.

São mudanças que exigem novos valores e posturas capazes de estabelecer novas formas de conexão pública na oferta de novos tipos de serviço para os públicos, colaborando para ampliar os conhecimentos coletivos, a construção de memória pública e o combate à desinformação. A partir do desenvolvimento da web 2.0 e das estruturas wiki, também foram criadas e disponibilizadas muitas ferramentas que possibilitam a interação e a contribuição dos usuários das redes digitais. Hoje é possível que os usuários alterem as páginas virtuais enquanto navegam na internet, podendo gerenciar os conteúdos que lhes interessam sem precisar dominar algum conhecimento especializado em

13 Carlos Henrique Marcondes, Interoperabilidade entre acervos digitais de arquivos, bibliotecas e museus: potencialidades das tecnologias de dados abertos interligados 1. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 21, p. 61-83, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2735>.

linguagem eletrônica.

Fundamentação teórica-legal para uma política de preservação de arquivos públicos

Para construir um serviço público que atenda um usuário eficientemente é preciso entender o que são as políticas públicas. Para Souza¹⁴, elas podem resumidas como: “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no ramo ou curso dessas ações (variável independente)”. A página Politize¹⁵ aponta ainda, outra definição possível:

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico. Ou seja, correspondem a direitos assegurados na Constituição.

Existe um processo de elaboração de uma política pública composta por 6 etapas, conforme a ENAP¹⁶: identificação, formação de agenda de governo, especificação de alternativas, decisão política, implementação e avaliação. Pode-se compará-la a um organismo vivo: ela nasce, cresce e pode morrer (ou ser extinta se o problema for sanado ou deixar de existir); trata-se de uma construção entre Estado e sociedade (seguindo o modelo participativo, mas existem outros formatos) definida pelos poderes legislativo e executivo conforme as demandas sociais, as quais garantem sua participação social com percepções, reclamações e sugestões por meio de mecanismos de controle social, como ouvidorias, conselhos públicos, ofícios, etc.

Outro princípio importante em uma política pública para ela poder auxiliar efetivamente atendendo as demandas da população e proporcionando maior diálogo entre governo e sociedade civil é a chamada de Inovação Social. Segundo Bignetti¹⁷: trata-se do “Resultado do conhecimento aplicado às necessidades sociais por meio da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral”.

No plano legal, a Constituição de 1988 institui diversas formas de incidência dos cidadãos

14 Celina Souza. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, v. 16, p. 20-45, 2006. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em 27 nov. 2021.

15 Politize: Políticas Públicas: o que são e para que servem?. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/politicas-publicas/>>. Acesso em 20 de março de 2020.

16 Escola Nacional de Administração Pública. Módulo 4 - Políticas Públicas e Participação. Conteúdo de Leonardo José Amaral de Mello. Curso “Políticas Públicas e Governo Local”, Brasília, 2018.

17 Luiz Paulo Bignetti, As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. Ciências Sociais Unisinos, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/1040. Acesso em 27 nov. 2021.

sobre políticas públicas e traz em seu artigo 215 que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988). Esse dispositivo prevê, ainda, o Plano Nacional de Cultura, criado posteriormente pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, com o intuito de orientação a programas de desenvolvimento e ações ligados à cultura:

Art. 215 O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II produção, promoção e difusão de bens culturais;

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

IV democratização do acesso aos bens de cultura;

V valorização da diversidade étnica e regional.

A atual Secretaria Especial da Cultura é o órgão da administração federal responsável pelas políticas públicas do setor. Os políticos, quando eleitos, têm a oportunidade de criar o seu próprio planejamento de políticas públicas específicas para atender aos interesses de seus programas de governo. Para combater a instabilidade no setor cultural a Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, estabeleceu por 10 anos o Plano Nacional de Cultura (PNC) (BRASIL, 2010), que, mesmo com a sua vigência expirada, ainda estabelece as orientações que auxiliam o poder público na construção de políticas públicas na área da cultura.

O PNC determina os princípios, as diretrizes, os objetivos, as políticas e as metas do setor. O Plano possui 3 eixos, 36 estratégias, 257 ações e 53 metas, desenvolvido com forte participação popular. A partir de 2005, essas atividades passaram a ser supervisionadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), criado pelo decreto 5.520/2005 (BRASIL, 2013). Os dados sobre as políticas culturais são organizados pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Segundo o Art. 216-A da Constituição Federal:

O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais (BRASIL, 1988).

A Lei 12.323/2010, em seu artigo 3º, traz as atribuições do poder público. Cabe destacar aqui alguns pontos relacionados à preservação:

- ☒ Formular políticas públicas e programas que conduzam à efetivação dos objetivos, diretrizes e metas do Plano;
- ☒ Proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou coletivas, de todos os grupos étnicos e suas derivações sociais, reconhecendo a abrangência da noção de cultura em todo o território nacional e garantindo a multiplicidade de seus valores e formações;
- ☒ Promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural; a circulação e o intercâmbio de bens, serviços e conteúdos culturais; e o contato e a fruição do público com a arte e a cultura de forma universal;
- ☒ Garantir a preservação do patrimônio cultural brasileiro, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira;
- ☒ Articular as políticas públicas de cultura e promover a organização de redes e consórcios para a sua implantação, de forma integrada com as políticas públicas de educação, comunicação, ciência e tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, turismo, planejamento urbano e cidades, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, relações exteriores, dentre outras;
- ☒ Organizar instâncias consultivas e de participação da sociedade para contribuir na formulação e debater estratégias de execução das políticas públicas de cultura;

Para atingir as metas do PNC, é primordial que haja participação das cidades e estados, articulados pela adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), em conjunto com a sociedade civil. Torna-se importante salientar a ampliação do papel social educativo e cultural das instituições de memória e, também, a importância da *web* na difusão de políticas públicas.

Barreiras da implementação

O projeto “Memória e Identidade” foi iniciado em 2009, sem uma formulação necessária para a sua implementação, havendo apenas a preocupação de registrar as memórias dos mais velhos. Essa falta de planejamento costuma ser condenada na literatura de pesquisas sobre o tema. Por exemplo, segundo Lotta¹⁸:

18 Gabriela Lotta. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise

Estudos sobre implementação de políticas públicas têm crescido constantemente, tanto em nível nacional quanto em nível internacional (...). Estes estudos têm como ponto de partida a ideia de que as políticas públicas podem ser analisadas como um ciclo que perpassa diferentes fases: agenda, formulação, implementação e avaliação.

Complementarmente, é importante entender o conceito de política pública que também orienta o trabalho final aqui desenvolvido. Segundo a ENAP¹⁹:

Para construir um conceito de políticas públicas com aderência à realidade local e que dialogue com a experiência do dia a dia dos gestores locais, pode-se dizer que política pública é o conjunto de ações realizadas, mobilizando recursos humanos, financeiros e tecnológicos pelo poder público no sentido de promover a cidadania. Tais ações podem ser levadas a cabo direta ou indiretamente pelos governos, materializando-se em bens e serviços ou tomando a forma de regulação e normas que melhor organizam as relações sociais, sempre com foco na promoção da cidadania.

Este plano, ora apresentado como documento necessário à conclusão do mestrado, considerou a fase da implementação da política pública e, mais especificamente, os fatores externos reais/materiais, dentre os quais a atuação de burocratas nem sempre tem sido em total consonância com a formulação realizada.

Lotta (2019) apresenta um breve histórico sobre os mais de quarenta anos de estudos sobre implementação de políticas públicas. Pode-se destacar o olhar de cima para baixo (*top down*) que vê falhas quando as políticas não seguem a formulação proposta no “papel”, e o olhar de baixo para cima (*bottom up*) que considera e estuda os agentes transformadores envolvidos na implementação para compreender como a política funciona na prática. Diante de todos esses estudos, a autora elenca 5 pressupostos importantes para o entendimento sobre a implementação de políticas públicas: elas são contínuas; os processos de decisão são complexos; têm alta interatividade; há interferência de fatores externos; e necessita entendimento sobre o funcionamento em campo. Todos os pressupostos estão ligados com a atuação dos burocratas que exercem um papel decisivo na implementação de políticas públicas diante das variadas decisões tomadas.

Lotta (2019) ainda esclarece que existem diversos tipos de recortes possíveis para estudos da implementação, como: entender a implementação por intermédio dos arranjos institucionais, a partir dos instrumentos ou sobre a perspectiva dos atores que se desdobram sobre os diversos tipos de burocratas, como os de médio escalão, os de nível de rua, entre outros agentes das máquinas públicas. Existe, então, um leque de alternativas possíveis para se estudar a implementação.

Há formas diferentes de os assuntos entrarem em pauta para a formação de agendas públicas,

de políticas públicas. In: LOTTA, Gabriela. (Org.). Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019, p. 11-38.

19 ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Capacidades estatais para produção de políticas públicas: resultados do survey sobre serviço civil no Brasil. Cadernos Enap 56, Brasília, 2018.

uma delas é o processo político. Pode-se dizer que a gestão municipal de 2009 tinha o foco e a consciência do papel cultural que a cidade de Lençóis Paulista exercia na região. Foi tal visão estratégica que favoreceu o início da produção dos vídeos do projeto “Memória e Identidade”. É possível que alguns erros na formulação do projeto possam ter levado a Secretaria Municipal de Cultura a enfrentar obstáculos em sua implementação, como a falta de tecnologia adequada para gravação e armazenamento do material audiovisual coletado, servidores sem qualificação para realizar entrevistas e o manuseio adequado de equipamentos de gravação.

Esses obstáculos colaboraram para a descontinuidade e o arquivamento do projeto “Memória e Identidade”, que, mesmo com os problemas apontados, comprova a criatividade daquela gestão em levar adiante o projeto, culminando no acervo da coleção de vídeos – ainda que esse acervo, organizado de forma precária, fosse posteriormente arquivado e preservado.

Segundo Pedone²⁰ “as decisões em políticas públicas, especialmente na área social, estão impregnadas de valores, sendo estes defendidos por diferentes grupos conforme as suas orientações ideológicas”. O fim da gestão municipal que iniciou o projeto, a qual durou dezesseis anos, mudou também o foco das políticas públicas na cidade.

Essas mudanças periódicas dos projetos e modelos de gestão pública, somadas à falta de comprometimento e problemas gerenciais, agregaram outros obstáculos para o andamento de muitos projetos municipais. Afinal, as falhas e as dificuldades que comprometeram o projeto “Memória e Identidade” poderão ser superadas com a apresentação de um plano bem estruturado de retomada, visando a implantação de uma nova ferramenta tecnológica de acesso *online* aos arquivos audiovisuais, indo ao encontro da declaração universal sobre os arquivos da UNESCO²¹:

Arquivos registram decisões, ações e memórias. Arquivos são um patrimônio único e insubstituível transmitido de uma geração a outra. Documentos de arquivo são geridos desde a criação para preservar seu valor e significado. Arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida.

Segundo Baptista e Rezende²²: “Se a política é ‘boa’, mas a perspectiva de execução é ruim pela falta de capacidade técnica ou falta de recursos, também existirão problemas na implementação”.

Ainda sobre possíveis barreiras na implementação deste projeto, é necessário destacar as dificuldades no âmbito jurídico. As cartas de cessão fazem parte da dinâmica das entrevistas de história

20 Luiz Pedone, *Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas*. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público (FUNCEP), 1986.

21 UNESCO, *Declaração Universal sobre os Arquivos*. Disponível em: <https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2020.

22 T. W. F. Batista; M. Rezende, *A ideia de ciclo na análise de políticas públicas*. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. (Org.). *Caminhos para análise das políticas de saúde*. Porto Alegre: REDEUnida, 2015, p. 221-259.

oral, elas são elaboradas pelas instituições conforme a utilização dos arquivos e são documentos indispensáveis. Não foram localizados os termos de cessão de direito dos arquivos pesquisados, sendo imprecisos os relatos sobre a sua existência. De toda sorte, caso tenham existido, foram perdidos na enchente que o Museu “Alexandre Chitto” sofreu no ano de 2016. Durante o inventário das entrevistas foi percebido que a maioria dos entrevistados faleceu. Nesse caso, Alberti²³ aponta:

Inicia-se uma negociação com seus herdeiros, que deve ser encaminhada com muita paciência. Possivelmente o entrevistado estava disposto a ceder o depoimento sem restrição alguma, tendo conhecido seus entrevistadores e confiado no programa. Já seus herdeiros podem ter dúvidas a respeito, receosos da imagem que se fará de seu parente se a entrevista for aberta ao público. Podem julgar, por exemplo, que o entrevistado falou demais sobre certos assuntos, não censurou suas opiniões, ou ainda confundiu fatos e detalhes, denunciando falhas de memória e dificuldades de raciocínio.

A autora orienta ainda que os herdeiros examinem o arquivo antes de assinar a carta, se assim o quiserem. É importante que a instituição, ao elaborar a carta, liste todos os que judicialmente têm o poder de decisão a respeito.

Com os nomes dos entrevistados levantados em inventário, será preciso localizá-los e, no caso dos falecidos, seus herdeiros, para que assinem o termo de cessão de direitos sobre depoimento oral.

Além disso, pode ser que, para assinar o termo, alguns entrevistados ou seus herdeiros peçam para rever as entrevistas. Nesse caso, essa oportunidade deverá ser garantida a eles em espaço cultural a definir.

Política de Preservação Digital

Impulsionadas pela tecnologia, a informatização e a digitalização de acervos públicos acontece de forma gradual. Aos poucos, as instituições culturais também iniciam o trabalho na área, mas é preciso pensar em uma política de preservação que estabeleça critérios e diretrizes. A Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, indiretamente estabelece que exista a implementação de uma política de preservação digital.

Ferreira²⁴ designa “preservação digital” como:

O conjunto de atividades ou processos responsáveis por garantir o acesso continuado a longo-prazo à informação e restante patrimônio cultural existente em formatos digitais. A preservação digital consiste na capacidade de garantir que a informação digital permanece acessível e com qualidades de autenticidade suficientes para que

23 Verena Alberti, Manual de história oral. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

24 Miguel Ferreira, Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e atuais consensos. Universidade do Minho, Escola de Engenharia, 2006.

possa ser interpretada no futuro recorrendo a uma plataforma tecnológica diferente da utilizada no momento da sua criação.

Segundo Miranda, Galindo e Vila Nova²⁵:

Uma política de preservação deve ser uma ação constituída por uma equipe de profissionais capacitados, e que a participação do profissional bibliotecário no processo decisório, no planejamento e na implementação da política, é fundamental.

A bibliotecária, servidora pública municipal, fará parte da equipe de implementação deste projeto junto a outros servidores da Secretaria de Cultura e Tecnologia, formando, assim, uma equipe multidisciplinar.

Para Grácio²⁶ “toda política de preservação digital de uma instituição deve estar amparada em leis que respaldem a instituição e garantam a propriedade intelectual ao autor do objeto digital e sua autenticidade”. Observa-se que isso não ocorreu em Lençóis Paulista, porque houve uma preocupação de iniciar o trabalho prático de digitalização antes da construção de uma política.

Ainda assim, entende-se que o plano de arquivo digital ora proposto é necessário e justificável. A ausência de uma política mais ampla de preservação digital e a eventual despreocupação com a cessão de direitos no caso concreto não devem inviabilizar a preservação da memória do município, porque é necessário registrar as memórias dos mais velhos enquanto estão vivos e tornar esse material acessível a consultas. Contudo, o presente plano preocupa-se, por outro lado, com as ausências, sendo apresentadas neste trabalho algumas sugestões para o tratamento dessas questões.

Mesmo que inexista uma política pública municipal consolidada para a preservação da memória local, há presença de esforços pontuais, sendo possível citar alguns exemplos. O Arquivo Histórico de Lençóis Paulista foi criado pela Lei Municipal nº 3.384, de 23 de março de 2004. Nela, é possível verificar que a condição de acesso é um item a ser cumprido:

O Arquivo Histórico Municipal é responsável por custodiar, conservar e dar condições de acesso aos documentos gerados e acumulados organicamente durante o transcurso das atividades de entidades públicas ou privadas ou de uma família ou pessoa.

Os documentos de arquivo histórico são mantidos para registrar, provar, testemunhar alguma atividade, época, costume e em geral, são únicos. Ou seja, guardar a memória local, nacional e/ou internacional.

Para a biblioteca, a preservação de memória faz parte da sua natureza. Trata-se de uma

25 M. Miranda; M. Galindo; S. Vila Nova, Política de Preservação Digital nos Repositórios Institucionais de Acesso Livre: o caso das Instituições de Ensino Superior no Brasil. In: Encontro Nacional de Ciência da Informação, n.12, 2011, Brasília. Anais... Brasília: ENANCIB, 2011.

26 José Carlos Abbud Grácio, Preservação Digital na gestão da informação: um modelo processual para as instituições de ensino superior. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

instituição que existe essencialmente para esse fim de coleta e de produção, preservando e criando acesso às memórias. Evidencia-se que não existe na cidade uma política de preservação digital constituída, mas, na prática, a biblioteca do município conta com um laboratório de digitalização de acervo, criado a partir de um edital de modernização de bibliotecas públicas do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo (SISEB), no ano de 2014. Esse processo teve a participação de um grupo interdisciplinar composto pelos servidores municipais do Espaço Cultural “Cidade do Livro” e da Secretaria de Tecnologia e Informação, culminando na Biblioteca Digital “Orígenes Lessa”.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada neste plano ampara-se fortemente no método de história oral. O foco narrativo será o relato do próprio entrevistado com suas experiências e trajetória de vida. Segundo Alberti²⁷:

A história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam.

A fonte principal será o conjunto de 36 entrevistas semiestruturadas, realizadas com 50 pessoas e arquivadas digitalmente no Centro de Documentação Histórica. A proposta do projeto “Memória e Identidade”, quando foi iniciado em 2009 e, posteriormente, descontinuado, era preservar a memória desse grupo específico de idosos que participou de alguma maneira de fatos históricos da cidade, mas não foi pensado em uma aplicação futura além de seu armazenamento.

Avaliando os arquivos, apesar de não terem sido refletidos dentro de uma construção metodológica mais precisa, é perceptível que trabalharam com algumas das principais características da história oral, como depoimentos gravados trazendo uma versão de passado, biografias e narrativas construídas pelo entrevistador junto ao entrevistado, Segundo Meihy e Ribeiro²⁸:

O que define e caracteriza a entrevista em história oral é a sistematização dos processos organizados pela lógica proposta em um projeto inicial. Projeto este que deve ser capaz de articular argumentos operacionais de ações desdobradas de planejamentos de pesquisas prévias sobre algum grupo social que tem algo a dizer. Podemos afirmar que não há história oral sem um processo que deve funcionar como um mapa de pesquisa.

27 Verena Alberti. Manual de história oral. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

28 José Carlos Sebe Bom Meihy; Suzana Lopes Salgado Ribeiro. Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias. Contexto, 2011.

Os autores evidenciam a importância de se pensar em um projeto que dê um norte para as entrevistas. O Plano aqui exposto tem o intuito de classificar esse material preservado e pensar em uma maneira de disponibilizá-lo para consulta pública, de modo que possa ser continuado com novas inserções e coleções de novas memórias. Nesse sentido, escreve Abreu²⁹:

Não basta, entretanto, resgatar o passado. A memória das cidades está sendo produzida a cada dia. Por isso, temos que estar atentos ao presente, e preocuparmos sempre em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano da cidade.

O autor ainda menciona a preocupação de registrar a história oral testemunhal como um recurso que pode abordar especificidades, como saberes, fazeres, valores, festas, ritos, personagens simbólicos. Além disso, pode mobilizar os registros de histórias locais para guardar as suas singularidades, como patrimônio imaterial, possibilitando a conexão pública com esses bens e potencializando a comunicação das histórias de vida. Torna-se necessário, portanto, salvaguardar tais memórias em um acervo digital acessível.

Cabe aqui uma breve contextualização do conceito de história tradicional, entendida como centrada em fatos e personagens históricos amplamente conhecidos. Porém, esse conceito de história desconsidera, em grande parte, o papel social do indivíduo comum, cujas vidas não estão inseridas nos interesses e contextos dos escalões dominantes, desqualificando relatos pessoais tidos como subjetivos.

A ruptura com esse paradigma se iniciou na França, com a publicação da *Revista Annales*, que, como define Pieranti³⁰: “(...) consagrava a aceitação nas reflexões acadêmicas de interpretações diferenciadas (...)”. Esse fato colaborou para transformações importantes no campo da pesquisa histórica, entre elas a valorização da análise qualitativa, resgatando a importância das experiências individuais e trazendo dinamismo e renovação para o campo disciplinar da história. Segundo Marieta de Moraes Ferreira³¹, no caso brasileiro, essas alterações refletiram no perfil dos cursos de História, que ampliaram suas linhas de pesquisa abrindo espaço para a aceitação da História Oral.

Meihy e Ribeiro (2011)³² são unânimes quando discorrem que entre umas das potencialidades do método está a de poder ouvir grupos sociais ignorados pela história oficial ou desconhecidos do público e, de construir trajetória de instituições e comunidades. Nesse sentido, as minorias (ou os grandes grupos sociais invisibilizados) podem ser ouvidos como parte da história oficial. É a chamada

29 Maurício de Almeida Abreu. Sobre a memória das cidades. Revista da faculdade de Letras, v. 14, p. 77-97, 1998. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>. Acesso em 27 nov. 2021.

30 Octavio Penna Pieranti. A metodologia historiográfica na pesquisa em administração: uma discussão acerca de princípios e de sua aplicabilidade no Brasil contemporâneo. Cadernos EBAPE. br, v. 6, p. 01-12, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512008000100010>. Acesso em 27 nov. 2021.

31 Marieta de Moraes Ferreira. História oral e tempo presente. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). (Re)Introduzindo a história oral no Brasil. São Paulo: FFLCH/USP, 1996, p. 11-21.

32 José Carlos Sebe Bom Meihy; Suzana Lopes Salgado Ribeiro. Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias. Contexto, 2011.

“história vista de baixo”, cujas participações desses grupos tornam-se fontes de pesquisa centradas na história oral.

Uma das fragilidades desse método é a sua subjetividade, pois caracteriza um trabalho de memória individual. Há de se analisar o contexto e retirar o que precisa ser aproveitado da entrevista. Isso exige sensibilidade e técnica do entrevistador, visto que se trata de um pensamento do entrevistado, e não é um retrato fiel do passado. Araújo³³, lembra que “toda narrativa tem intencionalidade, portanto é construída como quer ser ouvida, perpassada e perpetuada. Não existe neutralidade no discurso, quem concede a fala faz escolhas”; por isso, é importante não tomar a obra do narrador como uma verdade única, mas como uma forma de conhecer a história sob outro viés.

A escrita é importante para nossa história, pois, a partir dela, possuímos um rico acervo que serve de alicerce para pesquisas. Contudo, o envolvimento de assistir uma história oral pressupõe uma conexão de proximidade humana maior, carregada de símbolos gestuais, subjetividades e emoções, que diferem bastante da fonte escrita.

Mesmo com as dificuldades relacionadas à subjetividade dessa metodologia, a História Oral vem sendo largamente utilizada por diversas instituições e pesquisadores. Cite-se como exemplo o relato de experiência de Alberti³⁴ no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Trata-se de uma instituição brasileira pioneira no uso da metodologia de História Oral, adaptada ao tempo e à realidade com relação à abertura de consulta do acervo, padrões de relatórios de entrevista e desenvolvimento na base de dados, procurando respeitar a especificidade da metodologia e da fonte que dela resulta.

A metodologia ora empregada ainda prevê um processo de catalogação, o qual é necessário para facilitar o acesso ao conhecimento contido nas gravações e à estruturação do acervo trabalhado. Os arquivos precisarão ser submetidos a um processo de catalogação de entrevista. Para cada vídeo arquivado deve-se criar uma ficha catalográfica para que essas informações sejam inseridas na ferramenta de busca e, para que o público conte, também, com uma série de informações que o ajude a compreender esse material, o qual não é imparcial e vem carregado de significados.

Alguns depoimentos estão comprometidos pela baixa qualidade de áudio ou pelas muitas interrupções dos entrevistadores, estes que iniciaram o trabalho sem a preocupação ou o conhecimento necessário para seguir uma metodologia correta.

O documento que autoriza a publicação das entrevistas pelo entrevistado, conhecido como carta de cessão da utilização da imagem, sendo um documento importante para a abertura do depoimento, não foi localizado. Constatamos que muitos dos entrevistados do arquivo faleceram, podendo isso ser um problema para a autorização da publicação *online* desse material. A pasta com os documentos se perdeu na enchente do Museu no ano de 2016, conseqüentemente, será necessário

33 Maria Paula Araújo. Uma história oral da Anistia no Brasil: política, memória, retórica e reparação. *Oralidades*, v. 5, n. 10, p. 107-119, 2011. Disponível em < <http://www.revistas.usp.br/oralidades/article/viewFile/107251/105766>>. Acesso em 27 nov. 2021.

34 Verena Alberti. *Manual de história oral*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

buscar os entrevistados (no caso dos falecidos, buscar os herdeiros) para assinarem um novo documento autorizando a utilização do arquivo caso o plano seja implementado.

Mesmo conhecendo as limitações do método, o foco e a intenção deste plano é exaltar a singularidade e a emoção das histórias, criando laços humanos com a identificação coletiva e revelando empatia para com essas memórias. O intuito é engajar a continuação da construção das memórias coletivas. Bosi³⁵ discorre sobre a história oral, mas a autora não utiliza nenhuma vez em seu livro essa nomenclatura. Segundo o seu relato, serviu como “principal esteio do meu método de abordagem foi a formação de um vínculo de amizade e confiança com os recordadores”:

Não se trata de uma obra com proposta de amostragem: o intuito que me levou a empreendê-la foi registrar a voz e, através dela, a vida e o pensamento de seres que já trabalharam por seus contemporâneos e por nós. Este registro alcança uma memória pessoal que, como buscará mostrar, é também uma memória social, familiar e grupal.

Baseado nesses fatos, o plano de trabalho a ser desenvolvido atenderá aos preceitos metodológicos. Para isso, irá se adequar à realidade local e aos aspectos do *software* específico a ser encontrado e estudado em conjunto com a equipe técnica, para desenvolver um sistema de consulta *online*. Quando o “Plano de Arquivo Digital da Memória Lençoense” for implementado, depois de este autor concluir o Mestrado, poderá abrigar novas coleções de memórias com armazenamento de arquivos de entrevistados, existentes ou em fase de planejamento. Espera-se, então, o apoio de uma equipe técnica que usará o método de história oral para planejar as novas entrevistas, a formar novos entrevistadores e aproximar a metodologia da história oral com o dia a dia do Espaço Cultural “Cidade do Livro”, que possivelmente sediará fisicamente o arquivo, e de outros equipamentos culturais municipais.

Acervo disponível

Segundo os servidores públicos que atuaram diretamente no projeto “Memória e Identidade”, a ideia da criação do projeto foi a de constituir e preservar um acervo de memórias que pudesse ser acessado e servir para pesquisas futuras. Utilizando princípios da metodologia da história oral iniciaram a captação das entrevistas com depoimentos de vários segmentos da sociedade com pessoas de mais idade, não somente aquelas que tiveram projeção na sociedade, mas todos que contribuíram de alguma forma, como comerciantes, costureiros, operários, entre outros.

O projeto foi encerrando-se gradativamente por falta de equipe, consequência da redução de servidores no Museu e inviabilizando o processo de gravação. Porém, se trata de um projeto de trabalho infundável, pois sempre vão existir pessoas que possam contribuir com memórias, costumes e tradições vividas. A implementação do projeto se dará em fases, tendo como primeira atividade somente o trabalho com os arquivos elencados no inventário.

35 Ecléa Bosi. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A Queiroz/Editora da USP, 1979.

Os arquivos ficaram guardados em pastas sem catalogação, em um *storage*, um equipamento utilizado para armazenamento de dados, no Centro de Documentação Histórica.

Inventário das entrevistas

As trinta e seis (36) entrevistas abordam diversas áreas do conhecimento. Todas elas possuem problemas técnicos, como muitas interrupções do entrevistador e dos servidores públicos que operam as câmeras e microfones, além de atuarem, em alguns momentos, como entrevistadores. Os temas de cada entrevista foram descritos em uma tabela para colaborar na formação dos metadados de cada pesquisa no *software*, facilitando sua busca relacional. A equipe de captação foi formada pelos servidores: Conceição Langona – agente museal, Fernando Buono e Daniel Lima – agentes administrativos.

DADOS TÉCNICOS DO PLANO

Esta seção objetiva apresentar informações técnicas relacionadas à implantação do Plano de Arquivo Digital da Memória Lençoense. Nas próximas seções estão a descrição de pessoal, programas, equipamentos, orçamento e cronograma para a aplicação do plano.

1.1 Pessoal

Para o projeto, será necessária uma equipe multidisciplinar composta por 4 servidores públicos, com conhecimento na área de biblioteconomia, arquivos, tecnologia e comunicação, pois eles são essenciais para a implementação, oferecendo apoio técnico e tecnológico.

1.2 Equipamentos

Na fase 1 do plano não será necessária aquisição de equipamentos, pois serão utilizados os existentes da biblioteca digital da cidade e utilização de *softwares open source* (gratuitos) na montagem da estrutura do repositório (site). Para o desenvolvimento da fase 2 do projeto – ou seja, para a captação e o tratamento de novas entrevistas será necessária a aquisição de equipamentos para acondicionar e tratar os novos arquivos digitais que irão compor o arquivo digital da memória lençoense.

1.3 Programas de computador

O impacto da política de preservação digital está relacionado com a percepção que os gestores possuem da memória institucional e como ela deve ser preservada. Para minimizar custos, pensou-se na utilização de *softwares open source* (código aberto e gratuito), alguns utilizados pela equipe da prefeitura de

Os arquivos ficaram guardados em pastas sem catalogação, em um *storage*, um equipamento utilizado para armazenamento de dados, no Centro de Documentação Histórica.

Inventário das entrevistas

As trinta e seis (36) entrevistas abordam diversas áreas do conhecimento. Todas elas possuem problemas técnicos, como muitas interrupções do entrevistador e dos servidores públicos que operam as câmeras e microfones, além de atuarem, em alguns momentos, como entrevistadores. Os temas de cada entrevista foram descritos em uma tabela para colaborar na formação dos metadados de cada pesquisa no *software*, facilitando sua busca relacional. A equipe de captação foi formada pelos servidores: Conceição Langona – agente museal, Fernando Buono e Daniel Lima – agentes administrativos.

DADOS TÉCNICOS DO PLANO

Esta seção objetiva apresentar informações técnicas relacionadas à implantação do Plano de Arquivo Digital da Memória Lençoense. Nas próximas seções estão a descrição de pessoal, programas, equipamentos, orçamento e cronograma para a aplicação do plano.

1.1 Pessoal

Para o projeto, será necessária uma equipe multidisciplinar composta por 4 servidores públicos, com conhecimento na área de biblioteconomia, arquivos, tecnologia e comunicação, pois eles são essenciais para a implementação, oferecendo apoio técnico e tecnológico.

1.2 Equipamentos

Na fase 1 do plano não será necessária aquisição de equipamentos, pois serão utilizados os existentes da biblioteca digital da cidade e utilização de *softwares open source* (gratuitos) na montagem da estrutura do repositório (site). Para o desenvolvimento da fase 2 do projeto – ou seja, para a captação e o tratamento de novas entrevistas será necessária a aquisição de equipamentos para acondicionar e tratar os novos arquivos digitais que irão compor o arquivo digital da memória lençoense.

1.3 Programas de computador

O impacto da política de preservação digital está relacionado com a percepção que os gestores possuem da memória institucional e como ela deve ser preservada. Para minimizar custos, pensou-se na utilização de *softwares open source* (código aberto e gratuito), alguns utilizados pela equipe da prefeitura de

Lençóis Paulista:

- **Software para acesso e preservação de arquivos digitais:** pacote de *software* que possibilite o desenvolvimento de repositório digital e ofereça suporte de busca para acesso aberto e pesquisa *online*. Na Biblioteca Digital da cidade é utilizado o DSpace, um pacote disponibilizado para *download* gratuito pelo Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia (IBICT). Este *software* atende a uma necessidade específica de arquivos digitais, focado no armazenamento de longo prazo, no acesso público e na preservação de conteúdo digital.
- **Software para correção dos arquivos digitais:** ferramenta que possibilite a inserção de legendas, equalização de som e união de arquivos, no sentido de preservar o material original gravado desta “coleção”, respeitando como foi concebido originalmente. No espaço cultural da cidade é utilizado o *Format Factory* (gratuito) quando necessário o trabalho em algum arquivo digital específico.

1.1 Orçamento

1.1.1 Fase 1

Não haverá custo na realização da proposta na fase 1 do plano, que consiste na criação da plataforma digital do repositório utilizando programas *open source* (código aberto/gratuito) e apresentação dos vídeos da coleção “Memória e Identidade”, aproveitando o *hardware* de armazenamento da biblioteca digital e toda sua estrutura que está pronta e ocupa atualmente 30% da capacidade, deixando mais da metade para a inserção dos 36 vídeos do projeto.

1.1.2 Fase 2

A segunda fase contemplará um estúdio de gravação equipado para que coleções de memórias futuras possam ser captadas e inseridas dentro do repositório já criado na fase 1. A manutenção dos equipamentos será realizada pelo setor de tecnologia da informação da prefeitura de Lençóis Paulista e os equipamentos serão acondicionados em local apropriado para a utilização com os demais da biblioteca digital da cidade.

1.2 Cronograma de implantação

Foi propostos dois cronogramas com 17 meses de execução indicando os processos estabelecidos para a implantação do projeto na fase 1 e fase 2.

A aquisição de novos equipamentos possibilitará o aumento e a qualidade da captação de novos depoimentos para formação de coleções futuras na segunda fase do projeto.

O início de operação do site poderá ser programado para o décimo primeiro mês com divulgação dois meses antes.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da memória é complexa e desperta a imaginação e interesse do homem sobre determinados fatos históricos. Contar essa história a partir dos protagonistas através da exposição desse acervo possibilita o surgimento de novas ideias e novas abordagens para os assuntos. Recuperar o passado em um projeto no presente significa trazer a história esquecida por meio de um projeto com múltiplas aberturas, lançando novos recortes da história, incluindo novos autores e protagonistas que, sem o acesso e o registro, poderiam cair no esquecimento.

A preocupação com a perda da memória, pois as pessoas estão falecendo sem deixar o registro, e a preocupação de ampliação da oferta da cultura através da digitalização e abertura desses arquivos fazem parte do objetivo deste Plano de Arquivo Digital da Memória Lençoense.

Nem tudo está disponível na internet, portanto, essas histórias precisam ganhar visibilidade, incentivando novas reflexões para que a história continue viva e auxilie na reflexão acerca do passado e do presente. Desta forma, torna-se possível compreender os nossos modos de ser e estar no mundo. Essas histórias não foram contadas e precisam deixar de ser arquivos guardados.

O método de história oral privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de fatos históricos e não foram ouvidas pela história oficial. Estas histórias colaboram na preservação da memória, considerada um patrimônio cultural associado a um grupo/sociedade. Grupos sociais reúnem memórias que colaboram na construção de sua identidade. Espaços de cultura são ambientes que propiciam a preservação e fruição dessas memórias que precisam ser acessadas.

As mídias e tecnologias possibilitaram a gravação dessas memórias, permitindo que sejam revisitadas. Assim, o plano se encaixa em uma política pública que possibilita a participação da comunidade, levantando uma discussão contemporânea sobre a preservação da memória e auxiliando no diálogo entre poder público e sociedade civil. Consequentemente, promove a cidadania.

A compreensão e a análise sobre as possíveis barreiras no campo da implementação dessa política no passado poderiam ter sido mitigadas caso houvesse um planejamento adequado para esse material construído, mas sem um objetivo específico de utilização futura.

O processo de levantamento do inventário das entrevistas possibilitou o conhecimento total do conteúdo guardado e demonstrou as falhas durante as entrevistas, tais como a falta de conhecimento sobre a condução do método da História Oral e uma série de problemas técnicos envolvendo os equipamentos de captação. O processo também foi útil para catalogar os arquivos, levantando dados

que poderão ser utilizados como metadados no sistema escolhido.

No aspecto jurídico, uma dificuldade levantada foi em relação aos entrevistados falecidos se as cartas de sessão de direitos autorais, as quais foram todas perdidas em uma enchente sofrida pelo Museu “Alexandre Chitto” em 2016. Torna-se necessário, assim, localizar os herdeiros para aceitarem e assinarem novos documentos para a abertura do acesso a este material.

Nos dados técnicos do plano foram elencados a importância de encontrar os servidores públicos municipais adequados, os equipamentos que possibilitarão a continuidade de criação desses arquivos específicos de memória e a necessidade de priorizar programas de acesso aberto (*open source*) que sejam gratuitos. No intuito de baixar os custos, o plano ficou dividido em duas fases: a primeira que utilizaria toda estrutura técnica existente da biblioteca digital da cidade para armazenar os 36 vídeos em um novo repositório digital a ser criado; e a segunda, a qual contaria com a aquisição de equipamentos de tecnologia para o repositório ter continuidade na captação de novas coleções de memórias.

Considerando o histórico de valorização das políticas públicas culturais no município e o título “Cidade do Livro”, por possuir mais livros que habitantes, assim como o investimento em ações e novos equipamentos de cultura, estima-se que esta nova ferramenta possa ser implementada nos próximos anos beneficiando a sociedade lençoense. Dessa maneira, a cidade passa a contar com mais um equipamento digital ligado à cultura da cidade junto a Biblioteca Digital “Orígenes Lessa”.

A prefeitura de Lençóis Paulista conta com uma equipe de servidores públicos, elencada no plano, com qualificação, formação e disponibilidade para o desenvolvimento e aplicação do projeto, caso venha ser implementado. O orçamento é factível: sua primeira fase não terá custos para os cofres públicos, pois utilizará os equipamentos existentes para armazenar o acervo e buscará utilizar *softwares* de código aberto gratuitos. A segunda fase necessitará de aquisição de equipamentos para dar continuidade ao trabalho de preservação da memória do município, ampliando o acesso através da digitalização do acervo, considerado fundamental para a preservação da cultura. A difusão e o compartilhamento deste são compatíveis com a meta 40 do Plano Nacional de Cultura, que trata da disponibilização de conteúdo na internet.

O levantamento dos autores que estudam a metodologia da História Oral propiciou uma visão crítica ao realizar o inventário das entrevistas. Logo, foi possível verificar erros e acertos na estrutura metodológica de sua condução para fornecer melhorias em captação de memórias em entrevistas futuras. Também foi possível elencar que tipo de intervenções realizar para melhorar ou reduzir os diversos ruídos encontrados e, por fim, estabelecer palavras-chave e temas que possam ser utilizadas dentro de um sistema de busca. Perceber essas memórias que trazem reflexões e vivências que ajudam a formar uma identidade de um grupo/local como patrimônio cultural imaterial, trespassando as barreiras das instituições culturais de memória, é importante para poder preservá-las.

Os aparatos tecnológicos possibilitaram, através do tempo, o registro desse patrimônio democratizando o acesso por meio da construção de uma estratégia de políticas públicas de serviços

bottom up que colaborem na guarda desses arquivos, tornando-os acessíveis a partir da mídia e da tecnologia disponíveis. Assim, buscou-se compreender sobre a arquitetura dessas políticas através de autores que contribuíssem principalmente nas barreiras que um projeto como esse pode enfrentar e enfrentou (projeto descontinuado) na fase de implementação, colaborando para ser colocado em prática.